

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.673 - PE  
(2019/0343583-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : ELISANGELA AUGUSTO DE LIMA SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE - PE033626**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

**ELISÂNGELA AUGUSTO DE LIMA SANTOS** recorre de decisão proferida pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, que denegou a ordem no HC n. 0001709-61.2019.8.17.0000.

Insurge-se a recorrente contra a majoração da pena-base sob a alegação de que esta deve ser feita proporcionalmente à quantidade de circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como sustenta ser necessária a redefinição da fração de aumento de pena referente ao concurso formal. Aduz, ademais, ser cabível o cômputo da atenuante da confissão espontânea.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 188-189).

**Decido.**

Em consulta processual, verifico o ajuizamento do **HC n. 504.198/PE**, também distribuído à minha relatoria, com **idênticas partes, causa de pedir e pedido, interposto em 12/4/2019, data anterior ao presente recurso, que foi recebido nesta Corte em 18/11/2019.**

Assim, tendo em vista que este recurso é **mera reiteração de pedido**, não se pode dele conhecer.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado, *mutatis mutandis*:

[...] Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a impetração de habeas corpus com objeto idêntico ao de recurso especial anteriormente interposto perante este Sodalício caracteriza indevida reiteração de pedido, o que

# *Superior Tribunal de Justiça*

obstaculiza o conhecimento do writ. [...] (**AgRg no HC n. 118.517/AC**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 25/4/2011)

À vista do exposto, **não conheço** do recurso ordinário em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator